



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO-UEMASUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, TECNOLÓGICAS E LETRAS
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

MARIA LUIZA CONCEIÇÃO PEIXOTO

**UTILIZAÇÃO DA LITERATURA SURDA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO**

**Açailândia-MA
2023**

MARIA LUIZA CONCEIÇÃO PEIXOTO

UTILIZAÇÃO DA LITERATURA SURDA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL, como requisito para obtenção de grau de licenciada em Letras.

Orientadora: Prof^a. Me. Laiza Rodrigues Oliveira

P379u

Peixoto, Maria Luiza Conceição

Utilização da literatura surda nas aulas de língua portuguesa como instrumento didático-pedagógico / Maria Luiza Conceição Peixoto – Açailândia: UEMASUL, 2023.

46 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Letras Português) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Açailândia, MA, 2023.

Orientadora: Profa. Ma. Laiza Rodrigues Oliveira

1. Inclusão. 2. Língua portuguesa. 3. Literatura surda. I. Título.

CDU 82:81'221.24

MARIA LUIZA CONCEIÇÃO PEIXOTO

UTILIZAÇÃO DA LITERATURA SURDA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa como requisito para a obtenção do grau de licenciada em Letras, pela seguinte banca examinadora.

Aprovado em: 20/06/2023

BANCA EXAMINADORA



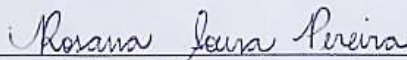
Prof.ª. Me. Laiza Rodrigues Oliveira (Orientadora)

Mestre em Letras: Ensino de Língua e Literatura
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão



Prof. Me. André Vitor Silva Lima

Mestre em Letras
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão



Prof.ª. Me. Rosana Sousa Pereira

Mestre em Educação
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi construído com as características acadêmicas e pessoais adquiridos por mim durante esses anos, com a colaboração de diversas pessoas que citarei a seguir. Primeiramente, agradecer à minha família, minha Mãe, Maria Celma e meus irmãos Geanderson e Gerlan, que me apoiaram durante toda a graduação, trazendo palavras de conforto e momentos importantes. À minha tia Francidalva Vieira e todas as “Marias”, minhas primas, que ela gerou, e guardo com todo carinho no coração, e que sempre se fez disposta a me apoiar em todos os momentos. Ao Jerry William e à Andreia Sousa, por me incentivarem no início a adentrar na universidade. À Wingridy Helen, que me apoiou desde o primeiro dia, me acolhendo em sua casa e me incluindo em sua família. Sou grata as oportunidades, conversas, brincadeiras e conselhos, que me ajudaram amadurecer e me tornar alguém melhor.

Agradecer a minha colega acadêmica Larissa Pinheiro, minha dupla que levarei para a vida como amiga e irmã. Sempre estive do meu lado, e nessa caminhada, apoiando uma à outra. À professora Rosana Sousa por me inspirar em suas aulas, mostrando a importância dessa temática na vida de diversas pessoas, e mais que isso, sendo um exemplo positivo de mulher e docente, que me ensinou a necessidade de sair da “caixinha” e enxergar o próximo. À minha orientadora, Laiza Oliveira por perceber na minha proposta de trabalho algo necessário e pela paciência durante todos esses meses, pois foi um grande processo de aprendizagem. E por fim sou grata à Thaylla Lago, aluna que conheci no estágio de ensino fundamental, procurei diversas formas para que você se sentisse bem e participasse, mas não foi suficiente, você me fez repensar o tipo de professora que quero ser, e buscarei por isso.

“As diferenças são os seus super poderes. Essas são as coisas que te fazem ser único; que fazem você ser especial; que fazem você ser absolutamente impressionante!”

(Cece Bell)

RESUMO

Há dificuldade no cenário educacional brasileiro no que tange à perspectiva da educação inclusiva, especialmente em se tratando de pessoas surdas, que possuem língua e cultura diferente dos ouvintes. Tendo em vista isso, o presente trabalho busca trazer propostas pedagógicas que incluam a cultura surda nos métodos de ensino e aprendizagem. E, para isso, utilizou-se uma obra autobiográfica da literatura surda da autora Cece Bell intitulada “A Surda absurda” (2019). O ponto de vista teórico mobilizado neste estudo partiu do conceito de interculturalidade, que propõe um ensino inclusivo entre culturas distintas de modo que haja aprendizado mútuo. Foi mostrado algumas possibilidades de utilização da obra como ferramenta metodológica levando em conta os quatro eixos estruturantes do ensino de Língua Portuguesa, segundo a Base Nacional Comum Curricular — BNCC, são eles: oralidade; leitura; análise linguística/semiótica; e produção textual, além de explorar as possibilidades de aula numa ótica intercultural direcionada à discussão social sobre os temas abordados no livro. Esta é uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, em que foram referenciados autores como Strobel (2009), Moura (1997) e Rita (2019), que trouxeram um contexto histórico social dos surdos; já a reflexão sobre a educação especial e inclusiva foi citado Carvalho (2020) e Mantoan (2003); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996); e, finalmente, para embasar acerca da cultura e literatura surda, foi utilizado os trabalhos de Quadros (1997) e Strobel (2008; 2009). Considerou-se, a partir dos pressupostos teóricos e elaboração da proposta de aula, que antes de adentrar em sala de aula, é necessário que o professor tenha conhecimento prévio desses conceitos, podendo assim, propor uma aula inclusiva. Os docentes, além de terem que estar preparados para ensinar os alunos surdos, também devem preparar os alunos ouvintes para a diversidade cultural existente visando uma educação cidadã, democrática e inclusiva.

Palavras-Chave: Inclusão; Língua Portuguesa; Literatura Surda; Proposta pedagógica.

ABSTRACT

There is difficulty in the Brazilian educational scenario regarding the perspective of inclusive education, especially when it comes to deaf people, who have a language and culture different from those of hearing people. With that in mind, the present work seeks to bring pedagogical proposals that include deaf culture in teaching and learning methods. And, for this, an autobiographical work of deaf literature by the author Cece Bell entitled “A Surda absurda” (2019) was used. The theoretical point of view mobilized in this study started from the concept of interculturality, which proposes an inclusive teaching between different cultures so that there is mutual learning. Some possibilities of using the work as a methodological tool were shown, taking into account the four structuring axes of Portuguese Language teaching, according to the National Common Curricular Base — BNCC, namely: orality; reading; linguistic/semiotic analysis; and textual production, in addition to exploring class possibilities from an intercultural perspective aimed at social discussion on the topics addressed in the book. This is a qualitative bibliographical research, in which authors such as Strobel (2009), Moura (1997) and Rita (2019) were referenced, who brought a social historical context of the deaf; the reflection on special and inclusive education was cited Carvalho (2020) and Mantoan (2003); the Law of Guidelines and Bases of Education (1996); and, finally, to support deaf culture and literature, the works of Quadros (1997) and Strobel (2008; 2009) were used. It was considered, from the theoretical assumptions and elaboration of the class proposal, that before entering the classroom, it is necessary that the teacher has prior knowledge of these concepts, thus being able to propose an inclusive class. Teachers, in addition to having to be prepared to teach deaf students, must also prepare hearing students for the existing cultural diversity, aiming at a citizen, democratic and inclusive education.

Keywords: Inclusion; Portuguese language; Deaf Literature; Pedagogical proposal.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 RETROSPECÇÃO DA HISTÓRIA EDUCACIONAL DOS SURDOS MUNDIALMENTE	11
2.1 Idade Antiga.....	11
2.2 Idade Média.....	12
2.3 Idade Moderna.....	12
2.4 Contemporaneidade	14
3 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL.....	16
4 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	18
4.1 Integração x Inclusão: Através de uma perspectiva educacional	19
5 CONHECENDO A CULTURA SURDA.....	23
5.1 Identidade Surda	26
5.1.1 Tipos de identidade surda	27
6 LITERATURA SURDA	30
6.1 A literatura surda e a Interculturalidade no contexto educacional	32
7 “A SURDA ABSURDA”	35
7.1 Proposta de ensino da literatura surda no ensino de Língua Portuguesa	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

A literatura surda é um termo utilizado nas comunidades surdas para designar as narrativas que apresentam a língua de sinais e a questão da identidade e cultura surda no seu bojo. Com base nisso, a literatura surda em um contexto escolar intercultural contribui positivamente na construção de métodos inclusivos em que é necessário um diálogo com a cultura surda. Sendo assim, esse tipo de literatura promoveu o acesso de alunos surdas à sua história, utilizando meios visuais, que possibilitam uma boa comunicação, e a cultura surda, que fará com que esse indivíduo se identifique na narração.

Sabendo da importância dessa temática e da sua grande utilidade no contexto intercultural entre a cultura surda e ouvinte, trouxemos neste trabalho propostas pedagógicas cuja finalidade foi promover a inclusão e um ensino intercultural nas aulas de Língua Portuguesa. E, para alcançar tal objetivo, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico, onde foram referenciados teóricos da educação especial, da educação intercultural que trata sobre a cultura e identidade surda. Tomaremos como base para a construção da proposta de ensino a obra de Cece Bell (2019) *“A Surda Absurda”*, a qual é uma narrativa autobiográfica em que é relatado a vida de uma garotinha surda em uma escola com maioria ouvinte. Com isso, fizemos a identificação das possibilidades de uso dessa literatura no ensino de Língua Portuguesa, em que é criada estratégias que alcançam a realidade de alunos surdos e ouvintes, promovendo uma educação intercultural. Além disso, essas propostas cumprem as competências e habilidades da BNCC (2018) sobre a aprendizagem de literatura e promoção da interculturalidade no ensino.

No primeiro capítulo, trabalhamos com um contexto histórico mundial de como os surdos eram vistos e tratados da idade antiga até a contemporaneidade, relatando a realidade em um contexto familiar e social. Onde os surdos eram tratados como aberrações e não tinham lugar na sociedade. Também trazendo um lado histórico, o segundo capítulo tratará da história educacional do surdo em um contexto brasileiro, relatando como surgiu a primeira escola para surdos e a língua de sinais brasileiras — LIBRAS.

Logo no próximo capítulo, adentramos para o conceito de Educação Especial e Inclusiva, descrevendo como surgiu essa proposta no sistema educacional brasileiro e a relevância desse tema para a inclusão de alunos que precisam de tratamento especializado. Com isso, surge a necessidade de especificar dois termos, “integração” e “inclusão”, em que o primeiro trará um conceito ultrapassado que não abarca as adversidades encontradas nesse

processo, e o outro que consegue abranger todas as comunidades e as necessidades das minorias sociais.

Também foi realizado, neste trabalho, uma discussão acerca da cultura surda, e algumas das ramificações que encontramos nas identidades de pessoas com surdez, para detalharmos como esses indivíduos se adaptam a um mundo, em sua maior parte, desenvolvida para ouvintes. Destacando que cada surdo tem sua própria individualidade e vivências, o que fazem deles seres únicos, em sua singularidade. Entendendo o modo como cada um quer ser aceito, será mais fácil respeitá-los de acordo com suas particularidades.

2 RETROSPECÇÃO DA HISTÓRIA EDUCACIONAL DOS SURDOS MUNDIALMENTE

Este trabalho tem um enfoque especial na educação inclusiva para surdos. Para continuarmos nessa linha, é importante trazer um retrospecto histórico no que concerne ao tratamento educacional da comunidade surda pela sociedade desde a idade antiga até a contemporaneidade, e à formação de uma educação para esse público. Lembrando sempre que esse processo está em construção contínua na sociedade. Com isso, realizaremos alguns apontamentos que marcaram a trajetória educacional dos surdos, que foram necessários para o fortalecimento de sua cultura e identidade. Desse modo, “conhecer a história, bem como as filosofias educacionais para surdos, é o primeiro passo para iniciar um estudo mais aprofundado” (GOLDFELD, 2002, p. 27).

2.1 Idade Antiga

No Egito Antigo, os surdos eram considerados deuses. Os egípcios os enxergavam como escolhidos pelos seus deuses, dessa forma, eles eram adorados e reverenciados, dignos de respeito pela comunidade (STROBEL, 2009). Com isso, carregavam consigo a grande responsabilidade de mediar a relação entre os faraós e os deuses da época. Isso só era possível devido à filosofia do Egito Antigo de trazer as relações humanas em primeiro lugar. Os sujeitos surdos eram vistos como seres misteriosos, devido ao fato “estranho” de não poderem se expressar verbalmente. Isso era suficiente para a comunidade vê-los como indivíduos superiores a ela.

Já a sociedade greco-romana desacreditava da capacidade dos surdos em serem indivíduos que conseguissem desenvolver atividades com competência no âmbito social, esse preconceito se deu por conta da hegemonia da linguagem oral. Segundo Moura (1997) os surdos eram considerados pessoas incompetentes, pois se acreditava que o indivíduo só poderia pensar se pudesse falar. Strobel (2009) acrescenta que:

Na Grécia, os surdos eram considerados inválidos e muito incômodo para a sociedade, por isto eram condenados à morte — lançados abaixo do topo de rochedos de Taygète, nas águas de Barathere — e os sobreviventes viviam miseravelmente como escravos ou abandonados só (STROBEL, 2009, p.18).

Por muito tempo Aristóteles (384 – 332 a.C.), para desvendar o motivo dos surdos não poderem falar, foi a primeira pessoa a estudar o problema em meados de 355 a.C., mas sem

sucesso. E, a falta de resultados fez parecer que os surdos não falavam pela sua condição mental, e que devido a essa característica, para o pensamento da população da época, era impossível de serem educados e introduzidos na sociedade.

2.2 Idade Média

Para iniciarmos esse tópico, é importante ressaltarmos algumas informações do período medieval. A Idade Média ou Idade das trevas, como também era conhecida, iniciou com o fim do Império Romano no ocidente, em 476 d.C. Esse cenário se localizava na Europa, durando até 1453. É sabido que na Idade Média havia uma predominância da influência religiosa do catolicismo na sociedade. Devido a isso, não se acreditava em filosofia ou ciência, contribuindo para um grande retrocesso nessas áreas de conhecimento. Considerando todas essas informações, podemos presumir como era o tratamento da comunidade surda da época. Devido à influência da Igreja Católica, todos os acontecimentos naturais que não se tinham explicações, como mudanças climáticas ou doenças, eram diretamente ligadas a um poder divino, as explicações da ciência e da filosofia eram rechaçadas.

Não davam tratamento digno aos surdos, colocava-os em imensa fogueira. Os surdos eram sujeitos estranhos e objetos de curiosidades da sociedade. Aos surdos eram proibidos receberem a comunhão porque eram incapazes de confessar seus pecados, também haviam decretos bíblicos contra o casamento de duas pessoas surdas, só sendo permitido aqueles que recebiam favor do Papa. Também existiam leis que proibiam os surdos de receberem heranças, de votar e enfim, de todos os direitos como cidadãos (STROBEL, 2009, p.19).

Como observado no trecho acima, os surdos não eram bem recebidos na sociedade nesse período. Pelo contrário, eles eram isolados e considerados seres “anormais”. Além disso, devido à decadência econômica da Idade Média, os surdos eram duplamente prejudicados, pois muitas vezes não podiam conviver com os próprios pais, sendo eles sua única fonte de sustento, além de não poderem estudar ou trabalhar. Isso acontecia pela cultura religiosa que predominava, os religiosos afirmavam que as pessoas que nasciam surdas eram um castigo divino para seus pais. Com isso, não existiam possibilidades para mudar esse cenário, não se praticava a ciência para poder estudar a condição dos surdos e criar formas de integrá-los a sociedade.

2.3 Idade Moderna

O ano de 1453 marcou o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna, outrora a surdez era considerada um castigo divino, depois passou a ser um objeto de estudo entre os filósofos e estudiosos da modernidade. Em meados de 1500, o médico e filósofo Giralamo Cardamo (1501 – 1576) foi na contramão ao que outros estudiosos pensavam até então sobre a irracionalidade dos surdos pela falta da oralidade. Ao invés disso, Cardamo acreditava que a pessoa com surdez tinha total discernimento intelectualmente, como também foi um dos primeiros a se dedicar ao ensino educacional dos surdos com a utilização de métodos de escrita e de língua de sinais.

Na Idade Moderna, as famílias nobres que tinham parentes surdos investiam em sua educação para que no decorrer dos anos conseguissem assumir sua herança. Com base nessa necessidade, os pais de pessoas surdas procuravam o monge Pedro Ponce de Leon (1510 – 1584), fundador da primeira escola espanhola para alunos surdos, que ensinava diversas línguas, entre elas o grego e o latim, além de disciplinas como astronomia e física.

O monge utilizava métodos como a oralidade (considerada fundamental), a datilologia e a escrita, que era o principal método para o desenvolvimento da oralidade. Um fato importante sobre esses métodos é que aqueles alunos herdeiros que não conseguissem desenvolver a oralidade, não poderiam receber sua herança. Há relatos históricos afirmando que o estudioso criou também uma escola dedicada aos professores de alunos surdos, além de ter criado o “*Alfabeto Manual para Pessoas Surdas*”. No entanto, Ponce de Leon não chegou a registrar, de fato, seus métodos (STROBEL, 2009).

Os métodos do eremita traziam resultados e seus alunos desenvolviam a fala e a escrita, além disso, conseguiam compreender os conceitos trazidos pela filosofia (MOURA, 1997). Graças a sua dedicação ao ensino de pessoas surdas, foi naturalmente refutadaa premissa, postulada pela medicina, religiões e filosofia da época, de que pessoas surdas não conseguiriam ser alfabetizadas.

Os métodos de Ponce de Leon traziam resultados e inspirou outros professores a continuar a educação para alunos surdos. Segundo Moura (1997), Juan Pablo Bonet (1579 – 1629), no século XVII, utilizou os alunos do monge, pertencentes a famílias nobres, para conseguir reproduzir e dar continuidade ao ensino que havia iniciado. Além disso, aproveitou-se do fato de que o real escritor não publicou nada sobre seus métodos. Assim, Bonet, em 1620, fez a publicação do livro “*Reduccion de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos*”, em Madrid, onde afirma ser criador dos métodos usados por Ponce de Leon (STROBEL, 2009).

O livro, por ser algo que até então ninguém havia visto, chamou a atenção de vários estudiosos europeus, pois ali conseguiram enxergar uma possibilidade real de fazer com que os

sujeitos surdos pudessem “falar”. Além de Bonet, outros estudiosos adotaram o oralismo como método de ensino para alunos surdos, entre eles, Jacob Rodrigues Pereire, Johann Conrad Amman e John W. Allis. Ressalta-se que todos, para conseguir chegar ao oralismo, utilizaram a língua de sinais e o alfabeto manual para terem sucesso. Moura (1997), corrobora com essa afirmação da seguinte forma:

É interessante notar que esses três grandes nomes, precursores da educação oralista, ainda que com interesse de desenvolver a oralidade e considerando que a verdadeira expressão da humanidade era a fala, utilizaram os Sinais e o alfabeto manual em algum estágio de seu trabalho, considerando-os fundamentais para atingir os seus objetivos. Se eles os abandonavam depois e não lhes davam o devido valor, como os educadores que consideravam a Língua de Sinais uma expressão verdadeira de uma cultura minoritária [...] não lhes negavam os valores de aliados importantes no trabalho com os surdos (MOURA, 1997, p.4).

Charles Michel L’EpÉE foi o primeiro educador a usar a Língua de Sinais como método principal e fundamental para a educação dos surdos. Devido a esse trabalho, a comunidade surda passou a ser enxergada de outra forma, sendo vista como intelectualmente funcional, independente da fala. O educador iniciou seu projeto com duas irmãs gêmeas surdas. Seu trabalho se voltava a pessoas que não possuíam condições financeiras para arcar com uma boa educação, ele ensinava em Paris as pessoas a se comunicarem usando o que ele chamava de “*Sinais Metódicos*” (STROBEL, 2009).

Durante o processo de ensino, L’EpÉE recebeu diversas críticas por não usar os métodos oralistas e sim os Sinais Metódicos que ele mesmo criou. Apesar das críticas, seu projeto trouxe resultados bastante positivos para os surdos que ensinava. O estudioso fundou, assim, a primeira escola pública de educação para surdos, intitulada *Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris*, não com o foco na oralização, mas sim na educação usando sua própria língua, a língua de sinais. Além do ensino, propôs-se a capacitar profissionalmente os professores no uso de seu método.

2.4 Contemporaneidade

Depois da morte de Charles Michel De L’EpÉE, em 1789, houve alguns outros educadores que continuaram a mesma linha de ensino na idade contemporânea. O educador francês deixou mais de 20 escolas fundadas em Paris e na Europa em geral. Em 1814, nos Estados Unidos, Thomas Gallaudet trouxe o enfoque para a educação dos surdos. Até então, na América do Norte, não havia nenhuma escola dedicada a esse ensino. Gallaudet, graças a uma

experiência vivida no seu cotidiano, passou a olhar diferente para a educação dos surdos. Segundo Strobel (2009, p. 23) “Thomas Hopkins Gallaudet (1787 – 1851) observava as crianças brincando no seu jardim quando percebeu que uma menina, Alice Gogswell, não participava das brincadeiras por ser surda e era rejeitada das demais crianças”.

Com essa nova perspectiva e uma grande força de vontade em ensinar as crianças surdas, Gallaudet foi à procura de métodos para continuar o seu projeto, de início, visitou a “*Watson’s Asylum*”, onde Braidwood realizava seus trabalhos (STROBEL, 2009). No entanto, essa instituição era conhecida por manter em segredo os seus métodos de ensino, guardados cuidadosamente. Braidwood se recusou totalmente a repassar seu método, nesse caso, completamente oralista (MOURA, 1997). Sendo assim, Gallaudet partiu para a França informações sobre as metodologias desenvolvidas em Paris.

L’EpÉE foi uma das principais referências para Gallaudet, já que pouco sabia sobre as metodologias que deveriam ser utilizadas no ensino de alunos surdos. Chegando à França, Gallaudet foi muito bem recepcionado, ficou deslumbrado com a Língua de Sinais utilizada no *Instituto Nacional para Surdos-Mudos*. No Instituto, Gallaudet aprendeu os Sinais Metódicos desenvolvido por L’EpÉE com um dos melhores alunos da instituição, Laurent Clerc. Thomas Gallaudet contratou Clerc para ajudá-lo no ensino de pessoas surdas nos Estados Unidos. Em 1816, os dois retornam juntos para os Estados Unidos e, no ano seguinte, fundaram em Connecticut a primeira escola pública para alunos surdos dos EUA, com o nome de “*The Connecticut Asylum For The Education And Instruction Of The Deaf And Dumb Persons*” (STROBEL, 2009).

3 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

A primeira ideia de educação para surdos que tivemos no Brasil foi pela criação do Instituto Nacional de Educação para Surdos — INES, criada em 1857, na cidade do Rio de Janeiro, no império de Dom Pedro II e com a ajuda do Padre Huet que era surdo (ALVES, 2015). No início, a instituição foi batizada de Instituto Imperial de Surdos-Mudos e funcionava integralmente, o instituto recebia alunos (meninos) de todos os lugares do país que teriam de morar na escola. Strobel (2009) ratifica que:

Foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro – Brasil, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos” – INES, criada pela Lei nº 939 (ou 839?) no dia 26 de setembro. Foi nesta escola que surgiu, da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Dezembro do mesmo ano, o Eduardo Huet apresentou ao grupo de pessoas na presença do imperador D. Pedro II os resultados de seu trabalho causando boa impressão (STROBEL, 2009, p.24).

Os alunos já traziam consigo alguns sinais que aprenderam antes de entrarem para o INES, já que antes do instituto, existiam as expressões em sinais na sociedade e, conseqüentemente, eles reproduziam como forma de se comunicar. Porém, chegando à instituição, os estudantes aprendiam a língua de sinais não somente na Língua Brasileira, mas também na francesa de forma indireta, devido o Padre Huet ter o francês como língua materna. Com isso, podemos dizer que para a criação do sistema Libras, foi utilizado os sinais que já estavam em uso no século XIX, os sinais metódicos aprendidos no instituto e a influência da Língua de Sinais Francesa reproduzida pelo Huet.

O INES também ofereceu aos professores uma formação especializada, esses conseguiriam aprender a Língua Brasileira de Sinais e, conseqüentemente, ensiná-la. Assim, como para os alunos, os professores também poderiam vir de todos os lugares do Brasil para o Rio de Janeiro, onde era localizado o instituto. E como forma de popularização da Língua Brasileiras de Sinais, os alunos e professores que aprendiam a língua, voltavam para sua cidade natal, reproduzindo a Libras e ensinando-a, assim se tornando uma língua oficializada no país.

Apenas em 1929, foi criada em São Paulo uma escola voltada ao ensino de meninas surdas (ALVES, 2015) com o nome de Instituto Santa Terezinha, a escola trazia as mesmas características do INES, com um modelo de internato, recebendo alunas de todo país e com um método de ensino francês. No entanto, algumas décadas depois, tanto o INES quanto o Instituto

de Santa Terezinha, passaram a receber alunos de ambos os sexos e não funcionando mais como internato.

Como falado até aqui, a Língua Brasileira de Sinais sofreu forte influência do idioma francês durante sua constituição. Mas, assim como outros países no século XIX, o Brasil, em 1880, aderiu aos métodos indicados pelo Congresso de Milão, um evento destinado a decidir métodos mais adequados para ensinar pessoas surdas (RITA, 2019), mas que hoje, tal evento é considerado um retrocesso em relação à educação de pessoas surdas. Então, o ensino dedicado aos alunos surdos no Brasil tinha finalidade de estimular o aprendizado da Libras, contudo, isso mudou e a partir de 1880, pois a proposta de ensino passou a focar no desenvolvimento da oralidade, exclusivamente. Isso causou um imenso atraso no ensino da língua de sinais.

Apenas um século depois, com estudos voltados para a comunicação através da Libras, promovido pela Universidade Gallaudet, nos Estados Unidos, é que o mundo voltou a pensar no recomeço desse ensino nas escolas para alunos surdos. Já no Brasil, com a nova Constituição de 1988, começamos a enxergar a possibilidade de uma educação inclusiva no nosso país. Alguns eventos internacionais que aconteceram nos anos 90 influenciaram diretamente na decisão do governo brasileiro, como a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

Essas manifestações, estudos e eventos, resultaram na lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, sancionada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e regulamentada no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o decreto nº 5.626/05. Essas leis possibilitaram a esperança de uma educação inclusiva e de respeito para todos, além de oficializar a Libras como a língua materna da comunidade surda e sendo obrigatório o ensino dela como primeira língua.

4 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

O processo de Integração de pessoas com deficiência iniciou com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), isso se deu porque quando os soldados voltavam para suas casas com cegueira, surdez ou com alguma deficiência física decorrente da amputação de algum membro, como braços e pernas. Foi percebido aí a necessidade de fazer com que essas pessoas conseguissem retomar as suas vidas cotidianas o mais rápido possível. Por esse motivo foi criada propostas de reabilitação para que pessoas com deficiência se reintegrassem à sociedade a partir da sua nova condição física com mais facilidade (CARVALHO, 2020).

Em 1919 foi criada a Organização Internacional do Trabalho – OIT, para garantir os direitos sociais necessários aos trabalhadores. De acordo com Carvalho (2020) devido à necessidade de reintegração dos soldados na sociedade, foi aprovada a Recomendação n.º 99 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, para que se “trata-se” da reabilitação e reintegração das pessoas com deficiência, em 1955. A partir desse período foram aprovados alguns documentos para garantir direitos as pessoas com deficiência. Em 1975, foi aprovado a lei que torna direito às PCDs tratamentos médicos, psicológicos e fisioterapêuticos.

Até então a ideia de reintegrar as pessoas com deficiências era bastante utilizada, no entanto, nessa época, utilizavam-se apenas abordagens médicas para esse processo, partindo do pressuposto que todas as pessoas que tivessem uma deficiência carregassem uma doença. Por esse ponto de vista médico, às PCDs deveriam curar suas “doenças” /deficiência, para que dessa forma pudessem ser reintegrados socialmente.

Foi percebido que o método de reintegração ou integração daqueles que já nasciam com alguma deficiência, era considerado bastante raso e leviano. Levando outras questões em consideração, como o fato de não precisar “corrigir” deficiência, e sim adaptar a sociedade acessivelmente para essas especificidades, a partir dessa nova forma de ver novas possibilidades para às PCDs, foi criado o método inclusivo, com uma visão mais ampla e humanista.

No Brasil a primeira ideia de Educação Especial fazia parte da Constituição Federal de 1988. No art. 208 diz que o estado garantirá a educação especial propondo “III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, no art. 58 entenderá sobre essa educação da mesma maneira que na constituição, no entanto, especificando os alunos que essa modalidade deveria abranger, são eles as pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades de superdotação.

Em 2009, o Conselho Nacional de Educação, considerando as leis já existentes na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996, na resolução CNE nº 4/2009 “institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial” (BRASIL, 2009, p. 1). A partir desta resolução a educação brasileira passa a ter uma diretriz específica para essa modalidade educacional, criado também a obrigatoriedade de Salas Multifuncionais nas instituições de ensino regular.

Para continuarmos o desenvolvimento deste tópico, iremos aprofundar em alguns termos constantemente usados de forma equivocada na área, principalmente, educacional. Dessa forma, poderemos perceber que a Educação Especial e Inclusiva vai além de leis ou diretrizes que asseguram a integração. Com esse debate, vamos esclarecer algumas concepções que podem ser consideradas obsoletas atualmente, e mostraremos o que de fato é a educação inclusiva.

Foi percebido que o método de reintegração ou integração (daqueles que já nasciam com alguma deficiência, era considerado bastante raso e leviano. Levando outras questões em consideração, como o fato de não precisar “corrigir” deficiência, e sim adaptar a sociedade acessivelmente para essas especificidades, a partir dessa nova forma de ver novas possibilidades para às PCDs, foi criado o método inclusivo, com uma visão mais ampla e humanista.

4.1 Integração x Inclusão: Através de uma perspectiva educacional

Integração e Inclusão são dois termos frequentemente usados como sinônimos dentro da área da educação de PCDs ou neurodivergentes. No entanto, por mais que os significados de ambos os termos sejam ligeiramente parecidos, as duas unidades carregam conceitos singulares e importantes, ainda mais sobre o que é educação especial e inclusiva. Veremos a seguir o conceito de cada termo e a sua colocação adequada.

O verbo “integrar” vem do latim “*integrare*”, que significa “fazer parte” ou “tornar inteiro” (AURÉLIO, 2023, n.p). Vendo por esse lado etimológico, o conceito de integração é bem simples. Quando vemos leis, normativas e diretrizes que garantem aos estudantes com deficiência o direito de estudar e de estar em uma instituição escolar, estamos falando de integração. Acontece que o ato de integrar garante que os alunos com deficiência consigam frequentar a escola regular.

A integração escolar age conforme o “básico” esperado na instituição educacional, ou seja, se um aluno é extremamente atrasado nas disciplinas ou se um professor achar que não dará conta de um aluno com deficiência dentro da sala de aula, esses estudantes podem ser

direcionados para setores ou escolas especializadas, e ainda assim continuará no propósito de integração. Integrar um aluno em sala de aula não irá fazer com que ele se desenvolva socialmente, apenas fará com que ele ocupe o espaço escolar, fazendo se “cumprir” o direito do estudante com especificidades de estar em uma instituição de ensino que atenda minimamente às suas necessidades.

Sendo assim, “o processo de integração ocorre em uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar — da classe regular ao ensino especial” (MANTOAN, 2003, p.15). O processo integracionista se tornou visto como algo revolucionário assim que implementado. Na perspectiva médica, as pessoas com deficiência deveriam ser tratadas como se tivessem alguma doença a ser curada (CARVALHO, 2020). E na área educacional tal afirmação se prospectava também.

As PCDs poderiam frequentar uma escola se, primeiramente, fosse comprovada sua aptidão em lidar com algumas situações provenientes do ensino regular, tanto que, era necessário que as pessoas com deficiência frequentassem uma escola especializada para que conseguisse adentrar em uma escola regular. Dessa forma, percebemos que o método utilizado no processo de integração, não se configura como o mais adequado, sobretudo quando queremos incluir as pessoas com deficiência, sem retirar as características que as definem dessa forma.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão se torna “[...] incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática” (2003, p.15). O método integracionista propõe que os alunos com deficiência se moldem ao formato da escola, por isso que, ao comparado com a inclusão, que é basicamente o oposto, vemos que são dois lados que vêm soluções distintas para o mesmo problema, afinal o processo de inclusão é o ato das escolas, instituições e a sociedade se adaptarem para incluir as pessoas com deficiência ou qualquer outra característica que as tornem essas pessoas excluídas no cotidiano, seja raça, orientação sexual ou religião.

Segundo Minidicionário Aurélio (2023, n.p), o verbo “incluir”, etimologicamente, significa “1. Tomar parte; inserir, introduzir”, “2. Estar incluído ou ser compreendido”, o termo vem do latim “*includere*”. Já percebemos na forma etimológica algumas diferenças encontradas nos significados dos dois termos, nesse caso, o verbo “integrar” trata de algo mais genérico ao trazê-lo para a educação de pessoas com deficiência. Enquanto o termo “incluir” tratará de algo mais abrangente.

A palavra inclusão abrange todos os tipos de pessoas ou grupos, nesse caso, não se limitando aos indivíduos considerados “padrão” da sociedade. Ao contrário da integração, em

uma sociedade inclusiva, é esperado que ela se adéque para as diferentes possibilidades e características de pessoas. Sendo assim, a finalidade inclusiva serve para fazer com que grupos minoritários socialmente, dentre eles pessoas com deficiência, LBTQIAPN+, pretos, indígenas, possam fazer parte e serem aceitos dentro do meio com suas características específicas.

Até esse método inclusivo chegar nas escolas, teve um caminho longo, percorrido primeiramente pela integração escolar, onde as crianças poderiam estudar em escolas regulares de ensino, no entanto, antes deveriam participar de uma escola que as preparassem para isso. Segundo Carvalho (2022), no Brasil, em 2006, passou-se a efetivar políticas públicas com a finalidade de oferecer uma educação para todas as pessoas no âmbito escolar, este fato ocorreu logo após a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência aprovada pelo Decreto Executivo nº 6.949/2009 e o Decreto Legislativo nº 186/2008, essa convenção tinha como finalidade promover uma educação de qualidade, onde aconteceria uma atualização da política e da pedagogia, promovendo uma educação para todos.

Uma escola inclusiva deve ter algumas ações colocadas em prática, além de fatores de acessibilidades, como rampa de acesso para cadeirantes, sinalizações em Libras e braile para surdos e cegos, há uma demanda que deve existir no corpo docente, como a preparação e formação adequada para saberem lidar com alunos que tenham alguma deficiência, ou sejam neurodivergentes, superdotados, entre outros. Uma sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE para que os alunos consigam se desenvolver, enfatizando que o professor que fica à frente da sala de AEE deve ter uma especialização na área, dessa forma, seus discentes passarão a ter uma maior desenvoltura no processo de aprendizagem.

Há alguns fatores ainda mais específicos quando falamos de uma escola inclusiva, como, por exemplo, um aluno com surdez. As escolas devem ter disponível, em todo o processo de aprendizagem do aluno surdo, um intérprete de Libras, obviamente, o mais recomendado seria que os professores regulares praticassem a língua de sinais brasileira. Além disso, deve ser sempre considerado que a primeira língua de uma pessoa surda é a Libras, e que a língua portuguesa deverá ser aprendida como uma segunda língua. E para o auxílio em um desenvolvimento educacional voltado também para a valorização da cultura surda, poderá ser utilizado a Literatura Surda, que é algo tão pouco explorado dentro das escolas.

Por mais que já tenhamos dado grandes passos para a evolução do sistema de ensino chegar a um método inclusivo, ainda há alguns fatores que causam um retrocesso. Um exemplo disso é o grande preconceito contra as pessoas com deficiência. O capacitismo é o termo usado para as atitudes que colocam às PCDs como incapazes de algo. Podemos ver o capacitismo de forma explícita, como acontece quando usamos termos pejorativos, ao chamá-los de

“aleijadinho, surdo-mudo, ceguinho” entre vários outros. Mas também pode ocorrer de forma velada, sem ao menos percebermos, é comum acontecer dentro das escolas por professores que não compreendem a neurodiversidade de um aluno autista, e acaba isolando-o por achar que dessa forma ele se sentirá mais à vontade, da mesma forma poderá acontecer com alunos de qualquer especificidade.

O capacitismo que resiste na sociedade faz com que pessoas com deficiência sejam excluídas e colocadas em lugar de incapazes. A inclusão se tornou algo extremamente importante na luta de pessoas com deficiência. A integração não abrange as necessidades básicas que essas pessoas precisam sanar. Como a falta de acessibilidade em locais públicos ou privados, vagas de emprego e salário igualitário, educação básica de qualidade, em que alunos com deficiência ou com necessidades específicas tenham acompanhantes, intérpretes e professores com a formação necessária.

É importante destacar que o processo de inclusão a pessoa com deficiência não deve ser feito apenas em movimentos sociais, em lugares públicos ou em dias específicos. A luta contra o capacitismo e a favor da inclusão deve ser praticada diariamente em pequenas ações no cotidiano, como remover do vocabulário palavras de cunho pejorativo que ofendem pessoas surdas, cadeirantes ou qualquer outra especificidade. E claro, a importância de educar os alunos a partir do seio familiar, a lidar com as diferenças e naturalizá-las como deve ser feito.

5 CONHECENDO A CULTURA SURDA

Para iniciarmos este tópico é interessante definirmos o que é cultura. Contudo, se trata de uma unidade lexical que comporta múltiplas significações, não sendo fácil chegar a uma única conclusão do que seja esse termo. Podemos dizer que a cultura vai além das artes que admiramos ou de nossos conhecimentos sobre algumas coisas. Ela é todos os nossos costumes, nossas crenças e leis, ocupando espaço em nossa individualidade e no coletivo. De acordo com Ferreira de Santana (2020, p.3) “em suma, cultura é um conjunto complexo de regras, costumes, crenças e particularidades vivenciadas por um grupo de pessoas das mais variadas comunidades

[...]”. A cultura é o que nos diferencia dos animais irracionais, é o que nos auxilia a pensar e definir escolhas, é uma das formas que construímos a nossa personalidade.

A cultura surda é o que define e engloba a vida de pessoas com surdez, são características que para os ouvintes pode parecer sem sentido, pois percebemos o mundo pelos sons, mas para os surdos é apenas sua rotina, suas manias, suas artes e sua forma de comunicação. E não é algo isolado em meio a uma sociedade de ouvintes, a cultura surda constitui toda uma comunidade de pessoas com surdez, que se conhecem e se encontram dentro dela.

A construção do indivíduo surdo começa dentro do núcleo familiar, Quadros (1997, p. 81) afirma que “certamente o papel de pai e de mãe, na sua teoria de mundo, representa aspectos fundamentais na formação de sua personalidade”. As fases de crescimento que marcam a infância de uma pessoa surda, é bem diferente de um ouvinte. Quando nasce uma criança surda com os pais ouvintes, se torna mais complexo a inserção dela no meio cultural do surdo.

Para Strobel, (2008, p. 23) “para essa comunidade ouvinte, o nascimento de uma criança surda é uma catástrofe porque estão acostumados com padrão ‘normalizador’ para integrar a vida social e desconhecem o ‘mundo dos surdos’”. Os pais que não pertencem a essa cultura, procuram formas de “normalizar” seus filhos, adequando para o meio ouvinte, normalmente, escutando uma perspectiva de médicos que também são ouvintes, o que pode causar um grande atraso no desenvolvimento pessoal dessa criança (MATOS; LOBATO, 2017).

Enquanto o crescimento de uma criança surda com pais ouvintes pode causar um atraso na construção de sua personalidade e descoberta de seu mundo, para um surdo com pais surdos, torna-se o oposto. Especialistas afirmam que uma criança surda com pais surdos terá acesso mais rápido a cultura surda, onde aprenderá naturalmente a língua de sinais, com o pressuposto de que seus pais usam esse meio de comunicação desde o início. Um dos pontos que torna essa criação ainda mais estimada, é o fato dos pais surdos, não precisarem estabelecer laços com a cultura ouvinte, não fazendo a criança se adaptar a um meio que não a pertence.

Como ouvintes, é automático percebermos e aprendermos sobre o mundo graças aos sons, em coisas simples do dia a dia, como ouvir o barulho da panela de pressão, o som de quando ligamos o ar-condicionado ou um ventilador, o motorista buzinar para alertar a sua aproximação com o carro, ouvir músicas e assistir filmes. Estas são coisas cotidianas que nos ajudam a viver no mundo, naturais para quem ouve, no entanto, fora do contexto de realidade do surdo. Então surge a pergunta, como o surdo percebe e aprende no mundo?

O jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas, isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo” (STROBEL, 2008, p. 24).

Há algum tempo os surdos eram considerados aberrações na sociedade, foram mortos, abandonados, vistos como doentes mentais. Depois que a sociedade passou a vê-los como alguém que poderiam fazer parte da comunidade, começaram a modificá-los para se adaptarem ao meio ouvinte, foram obrigados a aprenderem uma língua que naturalmente não era sua, tanto na sua oralidade como na escrita. Essas discriminações contra os surdos gerou um atraso enorme socialmente, onde os surdos demoraram a se conhecer, tentando se encaixar em uma realidade que não era sua. Acontece que um dos primeiros passos para essa descoberta individual, seria os surdos aprenderem a sua própria língua, a língua de sinais.

A língua de sinais foi desenvolvida por L'ÉpÉE, com base nos “sinais metódicos” e na língua francesa, que era sua língua materna. Sendo assim, primeiramente, a língua de sinais não é “mímica”, ela é muito bem elaborada e organizada com uma gramática envolvendo a sintaxe e a morfologia, e um segundo ponto importante é que a língua de sinais não é universal, cada país possui a sua própria. A língua de sinais brasileiras – LIBRAS, foi criada pelo padre francês Huet, que era surdo. A Libras foi desenvolvida por um misto de outras línguas, como a língua de sinais francesa e norte-americana, e obviamente, com partes da língua portuguesa falada no Brasil.

Em 2002, foi aprovada no Brasil a lei nº 10.436, de 24 de abril, que reconhece a Libras como uma língua, independente da língua portuguesa oficial brasileira, e em 2005, com o decreto nº 5.626/2005 “II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos” (BRASIL, 2005 p. 4). Neste caso, para que os surdos possam aprender de forma escrita a língua portuguesa, primeiramente é necessário que aprendam a Libras como sua primeira língua. Além de garantir o direito a aprender sua própria língua, e de reconhecer a comunidade surda, a lei obriga que:

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

É importante destacar a necessidade de os ouvintes também contribuir para a disseminação da língua brasileira de sinais. Sabendo que essa é a forma de comunicação oficial de toda uma comunidade, torna-se mais que necessários meios obrigatórios de inserir e facilitar

de alguma forma o dia a dia das pessoas surdas. A lei torna uma obrigação dos setores públicos ou privados, porém, não anula a nossa responsabilidade.

Como foi dito e esclarecido, para que os surdos se reconheçam em sua cultura, é necessário que aprendem sua própria língua, algo que é importante para a identificação em todas as culturas, já que é necessária uma comunicação fluída entre os seres humanos. Então, faz parte da cultura surda o bilinguismo, a qual é a sua língua natural, nesse caso, a Libras, como primeira língua, e o português na forma escrita como segunda. É interessante entendermos que não é porque os surdos fazem parte de uma comunidade onde eles têm algumas características em comum, que todos são iguais ou parecidos. Cada surdo possui sua própria identidade, em sua particularidade e com suas próprias experiências.

Em um contexto educacional, para que a inclusão de alunos surdos seja eminente, é relevante que o professor conheça a cultura surda e a individualidade de seus alunos. Essa questão é pouco desenvolvida em sala de aula, e ao contrário do que algumas pessoas pensam, isso não deve ser um tema explorado isoladamente. É necessário que os surdos se reconheçam dentro das atividades escolares, isso só será possível se os docentes passarem a trabalhar sobre a cultura surda no ambiente escolar, abrangendo também aos alunos ouvintes, considerando a importância de todos compreenderem esse tema e naturalizar a diversidade.

Sabemos então a importância da cultura surda para o crescimento social e pessoal da pessoa com surdez. Mas afinal, o que faz parte dessa cultura? Bom, os surdos percebem o mundo principalmente pela visão, mas também tem os outros sentidos, como o tato, o olfato e o paladar, essas são sensações que auxiliam o surdo em seu cotidiano. Não faz sentido para alguém com surdez ter uma campanha com sons em casa, ou assistir a um filme sem legendas, ou sem intérprete virtual. Acontece que para os surdos, essas coisas naturalmente acontecem de outras formas, ao invés de uma campanha que emita sons, eles possuem uma que brilha quando chega uma visita. Assim como a língua de sinais, escritas ilustradas, sinais luminosos, sentir vibrações, entre diversas outras coisas, fazem parte da cultura surda.

Em outras situações do dia a dia, ao se comunicarem com ouvintes que não conhecem Libras, os surdos podem ter que recorrer à escrita da língua portuguesa, isso acontece em pontos de ônibus, ao pedirem informações na rua, em ambientes sem sinalizações para pessoas surdas. Então o surdo muitas vezes deve se adaptar a um mundo que se desenvolveu para ouvintes. Sendo assim, é possível que um surdo ao ter que socializar em seu ambiente familiar com ouvintes, poderá se sentir excluído ou isolado dos demais pela falta de comunicação. Por isso é comum que eles fiquem mais tempos em sua comunidade, com pessoas surdas, do que com sua

família. Nesse caso, frequentemente os surdos se adaptam para se encontrarem na comunicação com ouvintes, porém, não existe uma reciprocidade nesse movimento.

Para uma mudança nesse sentido, é necessário começarmos dentro das escolas, com professores que consigam aplicar métodos efetivos de inclusão. Para trabalhar com a cultura surda em sala de aula, podemos usar recursos simples, mas que fará total diferença na inclusão do surdo e na forma como os alunos ouvintes passarão a enxergar a diversidade. O professor deverá levar para sala de aula conteúdos que façam sentido para os surdos, e que de fato consigam aprender algo. Textos ilustrativos, cadeiras em círculos ao invés de fileiras, falar devagar, de forma expressiva e simples, sempre de frente para os alunos, usar bastante recursos visuais e táteis, e principalmente, nunca o tratar diferente dos alunos ouvintes. Dentro da cultura surda existe algumas identidades em que as pessoas surdas se reconhecem, iremos conhecê-las e compreendê-las no decorrer deste capítulo, mostrando sua individualidade, suas diferenças e a importância de entendermos cada uma delas.

5.1 Identidade Surda

Identidade em um contexto geral são características que diferenciam um indivíduo de outro, trazendo uma singularidade para cada pessoa. Ao aprendermos e compreendermos a identidade surda, iremos perceber o surdo como ele realmente quer ser visto e entendido na sociedade, algo que é fundamental para respeitá-los em sua particularidade. Cabe aos ouvintes procurar conhecer o que de fato é a identidade surda, para poderem procurar formas mais adequadas de facilitar a comunicação com cada uma delas. Afinal, quando compreendemos a diversidade dentro da comunidade surda, conseguimos nos aproximar de modo natural e entender com mais clareza suas características.

Para adentrarmos no assunto de identidade surda, deveremos entender um pouco sobre os termos “povo surdo” e “comunidade surda”. Sendo breve, “povo surdo” significa todas as pessoas com surdez em diversos territórios diferentes “[...] "povo surdo", estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, [...] ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais” (STROBEL, 2008. p. 31). O termo “comunidade surda” trata do ambiente em que várias pessoas surdas compartilham seus objetivos e suas ideias, em conjunto eles conversam e desenvolvem ações em que possam crescer juntos e alcançarem seus propósitos. Na comunidade surda podem ser inclusas pessoas ouvintes que são parentes de surdos ou até mesmo aqueles que apoiam e querem entender e lutar pela causa (STROBEL, 2008).

Nessa perspectiva, entendemos que na cultura surda, a identidade do surdo poderá ser construída mediante sua vivência e experiência. Se ele não convive com pessoas surdas, pela falta de interesse da família ouvinte ou por viver longe da comunidade, se não se comunica utilizando a língua de sinais, este surdo terá uma identidade diferente de quem teve um convívio frequente com a comunidade surda e se comunica pela Libras. Iremos destacar em seis as identidades em que os surdos se classificam e são reconhecidos, são elas: identidade surda; identidade de transição; identidade intermediária; identidade flutuante; identidade híbrida; identidade embaçada. Conhecendo cada uma delas, facilitará o processo de inclusão no meio social e educacional.

5.1.1 Tipos de identidade surda

Na Identidade Surda, os surdos se colocam e se identificam com a cultura surda, participando ativamente dos movimentos sociais e políticos que envolvem a comunidade. Os surdos que se pertencem a essa identidade têm orgulho da sua característica e utilizam apenas a língua de sinais como forma de comunicação, percebem o mundo e lutando por seus direitos de serem diferentes, de ter uma educação de qualidade e uma sociedade equitativa.

Quando o surdo ou deficiente auditivo está dentro da Identidade de Transição, ele está em um processo de mudança, saindo dos hábitos que adquiriu com a cultura ouvinte e passando a se apropriar da sua própria cultura. Essa transição costuma acontecer com surdos que vem de famílias ouvintes, e quando tem sua independência procuram saber mais de sua cultura. A pessoa com surdez começa a perceber o mundo de forma mais visual, a língua de sinais, no caso do Brasil, a Libras, passa a ser seu modo principal de comunicação e naturalmente há uma aproximação com a comunidade surda.

Na Identidade Intermediária a pessoa não se encontra na cultura surda e não aceita ser surda, pois não possui uma surdez profunda, não participam de comunidades ou culturas surdas, acham-se superiores aos surdos. De acordo com Santana (2017, p. 6) “essas pessoas têm dificuldade em encontrar sua identidade, visto que nem são surdos nem ouvintes”. Sendo assim, a identidade surda intermediária tenta se encaixar na comunidade ouvinte, e para isso o surdo ou a pessoa com deficiência auditiva, utiliza o aparelho auditivo para conseguir aprender a oralizar. Lembrando que não é por tentar ser incluída na comunidade ouvinte que essa pessoa se sentirá como um ouvinte, é apenas como ela escolheu lidar com sua característica.

Os surdos que se identificam com a Identidade Flutuante tentam se adequar na cultura ouvinte e rejeita a surda. Essas pessoas utilizam aparelhos auditivos e sentem orgulho da

comunidade ouvinte. Quem faz parte da identidade flutuante não usufrui dos avanços tecnológicos e do acesso a auxílios especializados, como professores e intérpretes de Libras, e claro, não utilizam a língua de sinais. Os surdos flutuantes têm uma visão positiva sobre os métodos clínicos defendidos pela maioria ouvinte, como o oralismo. Por mais que tentem, os surdos não conseguem acompanhar o ouvinte como se pertencesse a essa comunidade, o que pode resultar em alguns transtornos pessoais, Santana (2017) afirmará que esses surdos “sentem-se inferiores aos ouvintes por não conseguirem acompanhar o que a cultura ouvinte oferece” (2017, p. 5).

Santana (2017) diz que a Identidade Híbrida é composta por surdos ou pessoas com deficiência auditiva que não nasceram com essa característica, mas que por algum motivo, durante a sua vida, adquiriu. Devido a isso, esse surdo conseguirá oralizar, mas também passará a se comunicar utilizando a Libras. Ou seja, ele consegue se movimentar entre as duas formas linguísticas, a língua portuguesa escrita e a língua brasileira de sinais. E mesmo não sendo uma pessoa surda de nascença, ele se aceita como surdo.

Sobre a Identidade Embaçada ou Embaraçada, ela é adquirida pelos surdos que não tem contato e não conhece a cultura surda e a ouvinte. Nesse caso, a sua comunicação é defasada, pois não conseguiu aprender a língua de sinais e a língua portuguesa na forma escrita (SANTANA, 2017). Geralmente, essas são pessoas que vivem isoladas desde criança, e que por falta de informação adequada, seus pais entenderam e trataram a sua característica como doença física e mental, com isso, poderá ter causado atrasos sociais e educacionais.

6 LITERATURA SURDA

A cultura surda é todo o conjunto de vivências que ajudam o surdo a viver naturalmente na sociedade, dentre essas coisas, tem o teatro, a música, as piadas que contam entre si e a literatura (STROBEL, 2008). Todas essas formas de expressões artísticas são apreciadas pelo surdo, porém, percebidas de um jeito diferente, na maioria das vezes visualmente. As peças teatrais são interpretadas em Libras, a música é sentida pela sua vibração, as piadas são coisas inventadas para ter humor no contexto dos surdos e livros que contam a história de pessoas surdas, onde eles são protagonistas, muitas vezes relatado em língua de sinais ou com ilustrações, tudo isso faz parte do que é chamado de Literatura Surda.

Quando estudamos a literatura nas disciplinas da universidade, aprendemos a parte histórica, desde o início de quando foi escrita a primeira carta documentada no Brasil, até a contemporaneidade. Com a Literatura surda não temos todo esse contexto histórico para ser trabalhado, afinal, ela sempre foi algo visual, era o conhecimento dos surdos, suas experiências de vidas, que não teria como ser documentado já que não eram todos que tinham acesso a uma língua escrita, isso tornou-se possível depois da criação das câmeras de vídeos, onde eles poderiam se expressar utilizando a língua de sinais e serem gravados.

A Libras e a literatura surda são complementares, onde a literatura auxilia na divulgação e conhecimento da língua de sinais. Antes era considerado impossível os surdos contarem sua própria história. Com muita facilidade encontramos obras de pessoas ouvintes que relatam a vida de pessoas surdas no decorrer dos tempos. Os ouvintes que decidiam sobre a educação, a saúde e a forma de integração dos surdos. Isso passa a ter uma mudança a partir da lei 10.436/2002 que regulamenta a Libras como uma língua no Brasil, nesse processo, a divulgação da língua de sinais brasileira era importante e ainda é. Pessoas surdas passaram a conhecer melhor sua própria língua, o principal caminho para a identificação com a sua comunidade.

Mas não bastava apenas a regulamentação da Libras como a língua oficial da comunidade surda no Brasil, era necessário ser obrigatório o ensino dessa língua para as pessoas surdas. Além disso, empoderar os surdos para conhecerem e terem orgulho da sua cultura. Por isso, com o decreto nº 5.626/2005, o ensino de Libras como a primeira língua de alunos surdos tornou-se obrigatório e o português de forma escrita passa a ser a sua segunda língua. Além disso, no capítulo II, Art 3º diz que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do

sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Devido ao decreto de nº 5.626/2005, a Libras se tornou muito mais acessível para as pessoas surdas. Esses surdos são os que dão continuidade ao criarem suas histórias, gerando conteúdos onde compartilham com a sociedade as suas vivências. A literatura surda é uma ferramenta muito importante para a divulgação e reconhecimento social da Libras, e quando se coloca em contexto acadêmico, ou seja, quando o ensino de Libras se torna obrigatório para todos os cursos de graduação, a literatura surda passa a ser algo ainda mais concreto e recorrente.

É fácil para os ouvintes encontrarem literaturas que se encaixem na sua realidade, assim como músicas, filmes, e é assim com a maioria das coisas desenvolvidas na sociedade, primordialmente para as pessoas ouvintes. O que torna ainda mais importante a criação de conteúdo para pessoas surdas. Por isso a literatura surda é o surdo assumir a sua identidade, contando a sua própria história, se distanciando do olhar daqueles que os viam de uma forma equivocada.

A literatura surda se torna algo importante e empoderadora para as pessoas com surdez que crescem sofrendo diversas formas de preconceito e capacitismo. Segundo Strobel (2008), crianças surdas criadas por pais ouvintes tendem a terem dificuldades na aprendizagem de sua língua, podendo causar uma dificuldade na aproximação da sua comunidade, isso se quebra quando há recursos que possibilitam elas a se conhecerem. Por isso a necessidade de o surdo contar sua própria história, quando isso acontece, há uma riqueza de detalhes que, como ouvintes, jamais perceberíamos. Algo que apenas quem é surdo saberá compreender e interpretar fielmente o que o outro quer dizer.

Como já descrito, a literatura surda é algo visual, ela pode ser documentada em livros físicos, *e-books* e vídeos. Como afirma Guilherme Nichols (2016, p. 53) “o uso de mídias é fundamental para a literatura surda, por ser mais acessível à comunidade surda, já que faz uso de imagens, texto e tradução em língua de sinais”. No *YouTube* podemos encontrar diversos canais onde falam sobre o que é a cultura surda e manifestando a literatura surda. Coisas simples, que fazem a diferença na comunidade surda, como piadas, teatros com pessoas e com fantoches, contação de histórias em Libras, entre diversas outras. E enquanto livros e *e-books*, nas livrarias ou *sites* podemos encontrar romances, quadrinhos, contos infantis, todos esses com personagens surdos como protagonistas e referências à cultura surda.

O adulto surdo tem um papel muito importante na literatura da sua comunidade, são eles que influenciarão as crianças surdas a conhecerem a sua cultura (NICHOLS, 2016). Há um

déficit no ensino aprendizagem dessas crianças nas escolas, o que pode causar um atraso no desenvolvimento pessoal desse aluno. O sujeito surdo, quando assume a responsabilidade de contar histórias, ajudará crianças e jovens surdos que sofrem com a falta de representatividade, trazendo referências para a sua realidade. O aluno surdo, tendo contato com as vivências de pessoas com sua mesma característica, desenvolverá habilidades essenciais para a sua evolução no meio social, além de modificar a sua forma de enxergar o mundo através da literatura.

Uma literatura de qualidade deverá, neste caso, ser produzida por adultos surdos fluentes em LGP, que são os modelos fundamentais na vida da criança surda. Deste modo, o contato é positivo e frequente com produtos culturais de qualidade, fomenta o conhecimento das estruturas linguísticas, o saber acerca do mundo. Assim, a criança é estimulada a pensar, agir, fazer, ter consciência, tornar-se uma pessoa normal e ganhar autoestima (MORGADO, 2011, p.152 apud NICHOLS, 2016, p. 53).

O que nos ajuda como ouvintes a entendermos e aprendermos ainda mais sobre a nossa língua são as nossas leituras, poesias e músicas, que temos fácil acesso dentro de nossas casas e nas escolas. Da mesma forma, para o surdo conseguir compreender sua língua e se identificar nela, deverá conhecer e explorar a sua cultura. No entanto, há uma dificuldade muito maior quando isso é colocado na realidade da deles, devido à escassez de conteúdo apresentado a eles sobre a cultura surda, nas escolas principalmente. Segundo Araújo, Freitas e Araújo (2021, p.10) “sabemos que a criança surda possui limitações e o seu processo de ensino, aprendizagem, requer métodos e estratégias diferentes, àquelas aplicadas com crianças ouvintes”.

A literatura surda tem o papel de incentivar os surdos a explorar a sua cultura, a aprender “o que é ser surdo”, tendo orgulho do que é, sem mudar nada em si. Os surdos que desenvolvem a literatura, carrega a capacidade de transformar a vida de crianças com surdez, criando possibilidades, demonstrando que ela poderá ser tudo o que quiser. Segundo Nichols (2016, p. 54.) “a literatura surda possibilita explorar a experiência do que é ser surdo, além de expandir o imaginário e a fantasia dentro da experiência visual”. No entanto, a escola e professores devem facilitar o acesso desses alunos para a literatura surda.

6.1 A literatura surda e a Interculturalidade no contexto educacional

A literatura é algo que nos inspira como seres humanos e desenvolvemos esse sentimento desde crianças. Quando a leitura é levada para o contexto escolar, os alunos devem se reconhecer de alguma forma no texto, mas não só isso, a literatura deve causar impactos positivos e até mesmo revoltas construtivas. O texto literário poderá trazer diversas sensações

para um aluno em sala de aula, e essa é a sua finalidade, desenvolver a imaginação, a comunicação na sociedade e instigar a criatividade.

Essas questões muitas vezes se perdem quando trazidas para a cultura surda. Ao contrário dos ouvintes, os surdos não tiveram pleno acesso à educação, como relatado neste trabalho, as pessoas com surdez eram discriminadas e tratadas como doentes ou aberrações, e quando isso mudou, e passaram a ser reconhecidos como pessoas que devem ser incluídas na sociedade, não foi criado um plano educacional definitivo que abarcasse todas as necessidades encontradas no processo de ensino desses alunos.

Uma proposta possível que considere as necessidades das pessoas surdas, além da educação especial e inclusiva, é a interculturalidade. A BNCC defende um ensino intercultural para a inclusão de multiculturas. Na área de ciências humanas e sociais aplicadas é defendido “a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza” (BRASIL, 2018, p. 563). De acordo com Santiago et. al (2019):

[...] a escola precisa reconhecer as especificidades linguísticas, históricas e culturais dos sujeitos que compõem estes espaços, pois só por meio dessa tomada de consciência e de uma mudança atitudinal a respeito dessas especificidades é que se pode assegurar, a todos os envolvidos, no processo de formação e produção do conhecimento, uma educação democrática (SANTIAGO et.al, 2019, n.p).

Em todos os ambientes encontramos diversas pessoas que pertencem a culturas diferentes, nas escolas e setores públicos é ainda mais recorrente. O papel da interculturalidade é desenvolver competências interculturais com a finalidade de incluir essas multiculturas. E para a cultura surda não deve ser diferente. Afirma Santiago et. al (2019, n.p) “ao pensarmos em uma educação intercultural entre surdos e ouvintes, compreendemos que o processo de ensino e aprendizagem tem como escopo a incompletude dos saberes, as trocas e os diálogos possíveis”. Nesse caso, é preciso métodos eficazes que incluam esses alunos, sem tirar deles o que o faz ser diverso. A literatura surda é uma grande ferramenta nesse processo de desenvolvimento.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Ela consiste em uma lista de habilidades e competências consideradas importantes para o desenvolvimento deles. A finalidade da BNCC é promover a uniformidade das etapas da educação básica no Brasil, assegurando igualdade na qualidade do ensino. Trata-

se de um instrumento essencial para aprimorar a excelência educacional no país e para a formação de indivíduos críticos e reflexivos.

A BNCC defende um ensino que envolve todas as culturas, sendo assim, no processo de aprendizagem é necessário explorar conteúdos que alcancem outras pessoas, de outras vivências. É possível incluir e trazer representação para a diversidade que existe no Brasil se for ampliado os métodos e as ferramentas de ensino utilizadas. É preciso valorizar o que o nosso país tem de diferente, como as variações linguísticas, as crenças, centenas de línguas e as características específicas de cada indivíduo, para isso, deve ser explorado as leituras mais tradicionais e as consideradas marginalizadas, as mídias digitais e obras infanto – juvenis, que se encaixem na realidade dos alunos (BRASIL, 2018).

Segundo a BNCC, na habilidade EF69LP49, o aluno deve “mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livros de literatura e por outras produções culturais do campo e receptivo a textos que rompam com seu universo de expectativas” (BRASIL, 2018, p. 161). Deve ser considerado que para qualquer aluno se interessar por literatura, o professor deve apresentar leituras que chamem a sua atenção e que faça sentido na sua realidade. Quando isso é colocado no ensino de pessoas surdas, que acontece juntamente com alunos ouvintes, é priorizado a realidade de jovens ouvintes.

Com isso, para o desenvolvimento pleno das habilidades da BNCC, podemos dizer que o ensino deve ser adaptado considerando as multiculturas encontradas na sociedade, no caso deste estudo, especificamente a cultura surda. Trabalhando a literatura surda neste aspecto, trará a possibilidade de sensações que a leitura pode alcançar, desenvolvendo a criatividade, o olhar para o mundo, e torná-los indivíduos críticos. Os surdos e ouvintes aprenderão juntos sobre a cultura surda e sobre a pluralidade multicultural encontradas na sociedade.

7 “A SURDA ABSURDA”

A obra “*El Deafo*” ou “*A Surda Absurda*” como foi trazida para o Brasil pela editora *Geektopia* em 2019, conta a história de uma menina surda que está tentando se adaptar a sua

nova escola com alunos ouvintes. O livro é um HQ, publicado em 2014 pela escritora Cecelia Carolina Bell ou como é conhecida Cece Bell. A narrativa traz um recorte da infância da autora, apresentando relatos das experiências vividas por ela dentro da escola, como o bullying que sofria devido a sua característica e o aparelho auditivo enorme que carregava no peito para conseguir ouvir os professores.

Cece Bell era uma garota que não nasceu surda, mas que aos quatro anos teve uma doença que a fez perder uma grande parcela da sua audição. Nesse caso, ela teve que passar por um grande processo de transição e de adaptação para uma perspectiva totalmente diferente de mundo. Com algo tão desafiador, a escritora relata que era bastante criativa e que isso ajudou em seu processo de mudança e aceitação. Os pais de Cece a colocaram primeiramente em uma escola específica para alunos surdos, para que ela conseguisse se adaptar a sua nova realidade.

Com um tempo a menina foi transferida para uma escola onde ela era a única pessoa surda, sendo assim, ela não queria que as outras crianças descobrissem que ela tinha essa característica. Logo ela ganha um *Phonic Ear*, um aparelho auditivo pouco desenvolvido na época, e que causava um certo constrangimento devido ser algo muito grande que ela deveria carregar no peito e usar com os fones de ouvido para que pudesse compreender as aulas.

Tendo em vista toda a dificuldade em ser aceita na escola e de esconder o fato de ser surda, a sua experiência no ambiente escolar a tornou alguém sozinha, devido à necessidade que tinha de se distanciar dos outros alunos para que não a vissem como alguém diferente. Então, com toda sua imaginação e criatividade, a Cece gera uma super-heroína como forma de ajudá-la nessa nova fase. Essa ideia surge devido ao microfone dado aos professores, que acompanhava o *Phonic Ear*, onde de qualquer lugar que eles estivessem falando, a garotinha poderia ouvir, dando a ela uma espécie de superpoder, o que a fazia dela alguém único.

O livro "*A Surda Absurda*", traz uma narrativa que nos faz sair da zona de conforto e nos colocar no lugar do outro. É uma leitura simples, porém muito inspiradora, que deve ser explorada não só por pessoas surdas, mas por toda a sociedade. É uma história muito bem ilustrada pela autora, onde será de fácil acesso para todos. A obra consegue nos ajudar a entender uma parcela da cultura surda, e de fazer com que os surdos que tiveram a mesma infância de Cece Bell, se identifiquem e se sintam inspirados pela construção dessa história.

7.1 Proposta de ensino da literatura surda no ensino de Língua Portuguesa

Este tópico se trata da apresentação da proposta de ensino de Língua Portuguesa cujo foco está no desenvolvimento das práticas de linguagem que são distribuídos em quatro eixos

estruturantes: oralidade; leitura/escuta; produção textual (escrita ou multissemiótica); e análise linguística/semiótica. A fim de promover não somente o estudo de cunho teórico e metalinguístico sobre a língua, mas também a prática reflexiva nos estudantes, de modo que eles compreendam a complexidade cultural da sociedade e respeitem as individualidades de cada sujeito, por meio do diálogo intercultural, para o exercício pleno da cidadania.

Não temos como objetivo aqui esgotar todas as possibilidades de uso da literatura surda no ambiente educacional. Mas sim apresentar alguns caminhos possíveis para o uso desse material pelo professor de Língua Portuguesa em sala de aula. Nesse sentido, elaboramos uma sequência didática voltada aos anos finais do Ensino Fundamental. Essa estratégia educacional se mostrou a mais adequada para o cumprimento dos propósitos deste trabalho, uma vez que ela visa ajudar os estudantes a superar um ou mais desafios reais em um determinado assunto. As sequências didáticas são compostas por uma variedade de atividades ligadas ao conteúdo que visam melhorar o aprendizado dos estudantes e manter o foco nos objetivos que foram previamente estabelecidos dentro do planejamento.



A sequência didática é dividida em quatro partes: apresentação da situação, produção inicial, desenvolvimento e produção final. Desde o início, o professor deve levar em consideração o projeto coletivo do gênero textual utilizado, realizando a leitura e a discussão do texto, após isso solicitar uma produção inicial. No desenvolvimento da sequência didática, os alunos recebem os instrumentos necessários para a superação das problemáticas identificadas na produção inicial. Ao final, o professor deve verificar se os objetivos foram alcançados e se os alunos conseguiram resolver as dificuldades reais relacionadas ao assunto.

E, para trazer contextos comunicativos reais, a proposta de ensino foi formulada a partir de gêneros textuais. Já que eles são categorias utilizadas para classificar os textos de acordo com suas características em relação a um contexto. Os gêneros textuais são identificados com base no objetivo, na função e no contexto do texto, desempenhando um papel social no processo de comunicação. Há uma variedade de gêneros textuais, incluindo carta, e-mail, notícia, artigo de opinião, resenha, relatório, entre outros exemplos.

O ensino da Língua Portuguesa por meio dos gêneros textuais desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem da língua. Pois eles são aliados valiosos nesse processo, já que permitem que os estudantes tenham acesso à língua em uso e pratiquem a leitura e produção de textos. Além de possibilitar ao aluno a compreensão da estrutura e as características de diferentes tipos de texto, e desenvolver habilidades de comunicação e argumentação. Ademais, o ensino de gêneros textuais capacita o estudante a se tornar um leitor

crítico e reflexivo. Dito isto, passaremos à apresentação da sequência didática com o uso da literatura surda.

Tabela 1 – Proposta de aula (Apresentação e primeira produção)

APRESENTAÇÃO DA OBRA E DO GÊNERO TEXTUAL	
<p>Nesta primeira etapa, o professor deve apresentar o gênero textual que a obra se encaixa, nesse caso, “A Surda Absurda”, que se trata de uma História em Quadrinho – HQ. Para que gere uma boa discussão, deve ser mostrado alguns personagens de HQs conhecidos, e questionar os alunos de onde eles conhecem o personagem. Dessa forma, será mais fácil para os alunos conseguirem referenciar e fazer uma comparação com o livro que será trabalhado em sala de aula.</p> <p>Algumas histórias em quadrinhos que devem ser abordadas para comparação é o “<i>Garfield</i>”, “<i>Mafalda</i>”, “<i>A Turma da Mônica</i>” e para uma comparação mais próxima de “A Surda Absurda”, pode ser trazido como referência os HQs da “<i>Marvel</i>” e “<i>DC</i>” que é bem conhecido pelos seus super-heróis Homem Aranha, Capitão América e Homem de Ferro, além do Batman, Super Homem e Flash, reconhecidos por todos os alunos.</p> <p>Quando os alunos começarem a entender de forma genérica o que é uma história em quadrinhos, o professor deve explicar com mais detalhes sobre esse gênero textual. Nesse caso, poderá começar explicando que as HQs são caracterizadas pela pouca quantidade de textos encontradas em suas narrativas e a abundância de ilustrações. Elas são procuradas pelo público leitor que quer uma leitura mais divertida e cheia de ações. É importante lembrar que por mais que as histórias em quadrinhos pareça ter como interlocutor as crianças, é bem longe disso, elas são escritas para todos os públicos, dos mais jovens aos mais velhos.</p> <p>Nesse processo de explicação sobre as histórias em quadrinhos e seu público, é importante ensinar sobre a estrutura que caracteriza esse gênero. As histórias são organizadas em quadros onde o leitor conseguirá identificar os diálogos entre os personagens e as emoções expressadas por eles. Com a ajuda de pincel e o quadro ou trazendo exemplos em imagens, o professor deverá explicar as diferenças dos balões encontrados nas narrações, cada um tratará de uma ação do personagem, e isso ajudará o leitor a compreender a história.</p> <p>De modo geral, o professor ainda terá que trazer outras características para serem mostradas aos alunos, como a sequência narrativa, dialogal e os aspectos da linguagem. É</p>	 <p>Fonte: Google imagens</p>  <p>Fonte: Turma da Mônica Wiki</p>

importante ter em mente que os discentes devem ter esses conceitos teóricos, porém só irá ser melhor desenvolvido e compreendido por eles, quando for colocado em prática, com leituras e escritas, em que poderão perceber essas marcas.



Fonte: Google imagens

Em um segundo momento da apresentação do conteúdo, o professor apresentará a obra “A Surda Absurda”. Começará explicando que se trata de uma HQ e mostrando as características que a faz pertencer a esse gênero textual. Logo após, o docente deverá fazer um resumo do livro, mostrando o enredo principal, que é todo em volta de uma garota surda que procura se adaptar na escola e na vizinhança. Com base nessa informação, o professor perguntará para toda a turma se conhecem ou já tiveram algum contato com pessoas surdas ou com quaisquer outras características. Isso fará com que a aula flua naturalmente, além de podermos identificar até que ponto os discentes compreendem sobre o assunto.

PRIMEIRA PRODUÇÃO

Na segunda situação desta aula, após ser apresentado e resumido a obra que está sendo trabalhada e explicar sobre o gênero Histórias em Quadrinhos, o professor pedirá aos alunos que criem uma história, nesse primeiro momento, ainda não sendo em quadrinhos, apenas um roteiro que estruture a sua narrativa, eles precisam destacar os seguintes pontos: apresentação dos personagens; enredo; o espaço e o tempo; protagonista. Resumindo, os alunos escreverão um texto em que todos esses tópicos sejam destacados, essa atividade será discutida em sala de aula e entregue ao professor.

Tabela 2 – Proposta de aula (Módulos)

ETAPA 1
EIXO – Oralidade
<p>Na BNCC (2018) tem diversas habilidades que envolvem a oralidade, “no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais” (BRASIL, 2018, p. 96). Caso tenha um aluno surdo em sala de aula, o professor deve adaptar a sua prática docente as necessidades desse sujeito.</p> <p>Considerando essa habilidade, podemos trazer uma didática simples e prática do uso da oralidade dentro do ensino de Língua Portuguesa usando a literatura surda. Para início,</p>

será realizado uma leitura compartilhada entre os alunos, do capítulo 1 ao 5, que relata a descoberta da doença que ocasionou a surdez de Cece Bell, nessa parte do livro, percebemos pouco texto, pois como a protagonista ainda era criança, e tinha acabado de ficar surda, e ainda não oralizava. Nesse tempo, ela passa a estudar em uma escola para pessoas surdas de modo que se adapte a sua deficiência, e logo ela muda de cidade e passa a estudar em uma escola com a maioria ouvinte. Percebemos nessa fase toda a dificuldade que a Surda Absurda encontra no processo de adaptação escolar, o isolamento e o preconceito dos outros alunos devido a sua característica.

Com todo esse enredo sendo lido e observado pelos alunos, o professor preparará a sala para uma roda de conversa, onde de fato serão trabalhados alguns pontos da oralidade. Os discentes deverão formar um círculo no chão, pois isso ajudará numa maior interação da discussão, considerando que a maioria deles têm dificuldade de falar em público. Ao dar início ao assunto sobre o texto, é preciso que se faça perguntas simples, para que os alunos consigam interagir e falar sem medo. Podendo iniciar com a seguinte pergunta:

1. O que mais chamou a sua atenção no livro?
2. Em algum momento vocês se identificaram com a Cece?
3. Por que não é correto como os alunos ouvintes tratavam a Cece?

Essas são perguntas simples e subjetivas que contribuirão para que a aula flua e que os alunos consigam interagir utilizando o que foi lido no livro. O professor poderá também fazer perguntas sobre as falas encontradas no texto e a percepção dos discentes sobre elas.

EIXO – Leitura e Interpretação

No eixo de leitura da BNCC (2018), as competências estimadas envolvem não somente a leitura, mas também outros recursos que se desenvolvem com base nela, como a interpretação, o que ajuda na identificação de figuras de linguagem, de eventos e sentimentos implícitos que acontecem no texto e os efeitos do uso das pontuações utilizadas (BRASIL, 2018).

Do capítulo 6 ao 9 do livro a “A Surda Absurda” há várias referências que ajudará o professor a trabalhar essa competência. Ele deverá pedir para que os alunos façam a leitura dos capítulos de forma silenciosa, para conseguirem se concentrar na leitura e criar uma familiaridade com o texto. Nessa leitura traz a Cece como uma pré-adolescente, onde ela tem outros problemas além do *bullying* que sofria na escola. Ela passa a ter uma melhor amiga

que, ao primeiro momento, parece ser bom, mesmo ela sendo bastante possessiva, pois ela prefere isso a ficar sozinha, mas logo Cece percebe que mesmo tendo Laura como amiga, ainda se sentia só, aquilo não trazia benefícios.

Depois da leitura particular dos alunos, podemos dizer que eles já se entrosaram com o texto, com isso, já terão algumas percepções sobre o que se passa com os personagens, no entanto, eles ainda não conseguem perceber tudo que ocorre em detalhes. Para isso, no segundo momento da aula, o professor deverá pedir para fazerem uma leitura compartilhada do assunto, e descrever o que conseguem entender nas ilustrações, isso possibilitará que o docente identifique o grau de habilidade de leitura deles, além do leitor, conseguir focar em outros detalhes que não foi percebido durante a primeira leitura.

Como a “A Surda Absurda” trata de uma leitura social, o professor poderá desenvolver um exercício simples de fixação onde os estudantes consigam discorrer sobre os capítulos do livro que foram lidos. Uma ideia para essa atividade, seria uma resenha crítica, em que eles podem trabalhar a sua percepção do que entenderam e mudariam no texto. Depois da realização do exercício, o docente pedirá para que eles leiam o conteúdo escrito para a classe, fazendo com que pratique a leitura, a oralidade, a interpretação do texto, além de conseguir identificar a sua visão pessoal que tiveram sobre o livro.

EIXO – Análise linguística/semiótica

A história de “A Surda Absurda” permite que o professor trabalhe a análise linguística e semiótica com os alunos. A obra traz uma diversidade de palavras, incluindo gírias, verbos, onomatopeias e outras figuras de linguagens, além de pontuações que não vemos com frequência em outros tipos de textos.

Para o desenvolvimento dessa proposta é necessário que o professor consiga trazer toda a atenção do aluno e foque todo o conteúdo da aula nesse texto. Sendo assim, a obra de Cece Bell conseguirá prender o discente já que se trata de algo de fácil leitura e bastante ilustrativa, além de contar uma história que se envolve na realidade desses indivíduos. O segundo ponto para trabalhar com a análise linguística é apresentar aos alunos o contexto de produção da obra. Nesse caso, antes da leitura, é preciso que o professor apresente o autor, qual a motivação para escrever o livro e o público que ele gostaria de alcançar. Essas informações facilitarão a compreensão do texto e ajudará a entender o porquê da utilização de alguns termos e palavras.

Após fazer a apresentação do autor e da obra e a finalidade que ela carrega, o professor iniciará a leitura do livro “A Surda Absurda”, entre os capítulos 10 ao 19, onde

mostrará uma Cece Bell adolescente, um pouco mais desenvolvida do que antes, onde os seus problemas passam a ser situações que acontecem frequentemente na adolescência, independente de ser surda. Nessa fase, podemos dizer que há uma variedade de termos diferentes e coloquiais. Depois da leitura, o professor questionará os alunos da seguinte forma:

1. Perceberam algo diferente na linguagem do texto?
2. Acharam de fácil compreensão a narrativa? Por quê?
3. Por que acham que a autora usou o verbo “xxxxx” no texto?
4. O que a personagem quis dizer em “xxxxxxx” no texto?
5. Por que acham que não conseguimos entender alguns diálogos?

Dessa forma, o professor conseguirá entender o que cada aluno conseguiu perceber da linguagem utilizada no texto. E para um aprofundamento melhor nessa temática, deve ser pedido para eles que selecionem gírias ou termos que acharam diferentes, e digam qual o significado deles dentro da narrativa. Esta é para ser uma aula bastante participativa, só assim o professor conseguirá se aprofundar nesse conteúdo.

Logo após a discussão com os alunos sobre os termos envolvidos no texto, o docente deverá explicar alguns fenômenos que acontecem durante a narrativa, como na página 126, capítulo 10, em que a personagem Martha, pede para Cece olhar dentro da sua blusa e dizer “ter-tinha”, fazendo assim um trocadilho com a amiga. Também algumas gírias como “hilário” e “que saco”. Além das figuras de linguagem presentes frequentemente, como as onomatopeias “zzzz” quando alguém dorme, “snif” quando está chateada. Lembrando das metáforas, ironias, eufemismos, entre outros.

As explicações sobre esses componentes encontrados na história em quadrinhos ajudarão os alunos no desenvolvimento da escrita e compreensão, pois também é necessário saberem não somente o significado do elemento que compõe o texto, mas também o motivo da autora ter escolhido ele para estar ali.

Para ser fixado o conteúdo transmitido, o professor poderá propor uma atividade de escrita, onde os alunos escreverão apenas uma charge de no máximo 4 quadrinhos, onde deve conter pelo menos 3 elementos encontrados dentro do texto base.

INTERCULTURALIDADE

Para promover uma aula intercultural, podem ser desenvolvidas atividades simples que contemplem outras culturas. Nesse caso, trabalhando o livro de Cece Bell, discutindo e realizando atividades com os alunos, o professor estará ensinando e envolvendo a cultura surda. Mas e se for necessária uma aula mais específica para praticar a interculturalidade nas escolas?

Trazendo algo mais dinâmico, para sair um pouco do tradicionalismo das salas de aula, o professor poderá propor um encontro em um ambiente mais aberto dentro da escola, podendo ser na biblioteca, pátio ou jardim. Os estudantes serão organizados em círculos sentados ao chão. O professor começará apresentando a obra “A Surda Absurda”, fazendo um breve resumo.

Depois dessa primeira interação, o docente iniciará a leitura, dos capítulos 1 ao 6, enquanto os alunos ouvem com atenção. Nessa primeira parte do livro, é detalhado o processo de transição da personagem principal, mostrando a forma de adaptação a essa nova forma de perceber o mundo. Ela começa a usar o aparelho auditivo, e logo entra para a escola com alunos surdos. Lá ela aprende a fazer leitura labial, por ser um complemento necessário ao aparelho.

Na história é explorado ricamente e de maneira descontraída, o processo de aprendizagem da personagem, mostrando, inclusive, as pistas necessárias para ser “fluyente” em leitura labial, o que trará uma nova percepção para os alunos sobre a cultura de uma parte da comunidade surda. Além disso, em diversos momentos da história, eles irão se identificar com Cece, independente da sua deficiência, mostrando assim que as pessoas com deficiência passam pelas mesmas situações que qualquer outra pessoa.

Ao terminar a leitura, é hora da discussão entre os alunos, de saber o que eles entenderam, se gostaram e quais as suas curiosidades sobre o assunto. Para isso, o professor poderá começar com algumas perguntas, como:

1. Que parte da história você mais gostou?
2. Em alguma situação do texto vocês se sentiram incomodados?
3. Conseguiram se identificar com a Cece em algum momento?
4. Vocês conhecem alguém com deficiência? Se a resposta for Sim: Qual foi sua primeira percepção sobre essa pessoa?
5. Já sabiam que os surdos passam por um processo diferente dos ouvintes para aprenderem?

Perguntas, dando ênfase para o lado social do livro, irá trabalhar a maneira como eles enxergam as pessoas surdas. A finalidade dessa aula é desmistificar alguns preconceitos que os alunos podem ter, devido a poucas informações sobre outras culturas, como o fato de Cece conseguir oralizar, pois uma grande parte dos ouvintes, definem os surdos como mudos. Além de mostrar que é mais do que possível essas pessoas aprenderem qualquer coisa, já que seu intelecto não sofre atrasos por terem surdez.

Para a atividade dessa aula, o professor poderá dizer promover algo que fique exposto na escola, como cartazes que carreguem informações anticapacitista, como palavras que devem ser eliminadas do vocabulário, pois carregam um significado pejorativo. É necessário que seja ensinado aos alunos que palavras como “cegueta, surdinho, retardado”, não devem ser utilizadas. E em outras aulas, isso pode ser ainda mais aprofundado.

Tabela 3 – Proposta de aula (Produção final)

REESCRITA E PRODUÇÃO FINAL (eixo produção textual/multissemiótica)
<p>Voltando a primeira escrita, para continuarmos a sequência didática. Nesse momento o professor deve ter analisado todos os textos escritos pelos alunos com o roteiro da história em quadrinhos que irão escrever, e passar a devolução com todas as correções necessárias. Logo o docente deverá guiar os estudantes para a escrita da história.</p> <p>Com todas as ideias em ordem, os personagens, o tempo, o espaço e o enredo, será exigido que o protagonista da história tenha alguma deficiência, transtorno ou características específicas, sendo assim, eles deverão desenvolver a HQ utilizando os recursos trabalhados nos módulos anteriores, sem mínimo ou máximo de quadros, para conseguirem abranger tudo que achar necessário para a construção da história.</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A povo surdo sofre discriminação desde as primeiras sociedades existentes no mundo, fazendo com que hoje, o preconceito contra essas pessoas seja algo normalizado e estrutural. Percebemos que eles não ocupam lugares importantes na sociedade, que são pouco vistos na sala de aula, devido ao capacitismo enraizado na comunidade. A Educação Especial e Inclusiva surge para mudar essa visão, trazendo leis que permitem a inclusão de todas as pessoas. Não é um processo fácil, mas que devemos, como profissionais da educação, nos aprofundar e conhecer a realidade dos alunos.

Este trabalho surgiu devido a uma experiência vivida no estágio supervisionado, no 7º ano do ensino fundamental, foi observado como uma aluna com surdez era incluída nas aulas de Língua Portuguesa. Havia muita dificuldade do professor nesse processo, além dos inúmeros detalhes que não eram considerados, como a identidade surda, se é fluente em libras e de que forma esse docente se comunicará com ela. Mas, observando todo o contexto da sala de aula, percebemos que a relutância maior da aluna, era de se enturmar com os ouvintes, havia um isolamento. Por falta de informação tanto dos colegas, como do professor, não era feito nada para que isso mudasse.

Dito isto, pelo pressuposto de que há uma dificuldade na exploração de recursos interculturais no ensino de alunos surdos e ouvintes, se tornou relevante pesquisar sobre as perspectivas inclusivas, e formas simples e adequadas para o docente conseguir adaptá-las para a sua sala de aula. Foi trazido uma proposta em volta da Literatura Surda, ao qual consegue explorar as culturas e comunidades surdas, levando informações e diversidade para estudantes surdos e ouvintes. Na obra, “Surda Absurda”, trouxemos uma história em quadrinhos, que contribuiu, não somente com o ensino da Língua Portuguesa, mas também, que se encaixou com o contexto social dos alunos. Percebemos que em diversos momentos os alunos, independente de terem alguma deficiência ou não, conseguirão se identificar com os personagens. Assim, mostrando que por mais que existem diferenças entre os alunos, eles passarão por situações parecidas.

Portanto, foi guiado neste trabalho uma conversa sobre a história de pessoas surdas no mundo e no Brasil, para que fosse possível perceber como esses indivíduos eram tratados. Buscando também trazer o conceito e a relevância da Educação Especial e Inclusiva como ferramenta indispensável nas escolas, para implementação de um ensino para todas as culturas. E para que os professores consigam se familiarizar com seus alunos, neste trabalho trouxemos uma visão da cultura e identidade surda. Dessa forma, os docentes, levando informações e

métodos educativos inclusivos, conseguirão promover uma educação que atenda e inclua a todos os alunos, estudando e explorando todas as culturas existentes naquele ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F.C **Educação de surdos em nível superior: desafios vivenciados nos espaços acadêmicos.** In: ALMEIDA, W. G (Org), Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente. *E-book*. Ilhéus, BA: Editus, 2015. p. 27-47
- ARAÚJO, N.F.M; FREITAS, T.N; ARAÚJO, T.W.G. **A Literatura Surda No Processo Educacional De Estudantes Surdos Na Educação Infantil.** Editora Realize - Conedu. 2021
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: 2018
- BRASIL. Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira L.D.B Art. 58. Educação Especial.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 14 mai. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação – CNE. **Resolução Nº 4, De 2 De Outubro De 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf . Acesso em: 15 mai. 2023
- BRASIL. Decreto Nº 5.626, De 22 De Dezembro De 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Planalto. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 mai. 2023
- CARVALHO, T.C. **Educação Inclusiva e Integração Social.** Maringá, PR: UniCesumar. 2020
- GOLDFELD, M. **A criança surda, linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** São Paulo: Plexus editora; 2002
- GUGEL, M.A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Florianópolis: Ampid. Disponível em: https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 30.04.2023
- INCLUIR. In. **Aplicativo Mini Dicionário Aurélio.** Editora Positivo. Disponível em: <https://editorapositivominiarelio.page.link/?ibi=br%2Ecom%2Eeditorapositivo%2EAurelioMini&ius=editorapositivominiarelio%2Epage%2Elink&apn=br%2Ecom%2Eeditorapositivo%2EAurelio%2Emini&link=https%3A%2F%2Feditorapositivominiarelio%2Epage%2Elink%2Fentry%2F16221>. Acesso em: 30.04.2023
- INTEGRAR. In. **Aplicativo Mini Dicionário Aurélio.** Editora Positivo. Disponível em: <https://editorapositivominiarelio.page.link/?ibi=br%2Ecom%2Eeditorapositivo%2EAurelioMini&ius=editorapositivominiarelio%2Epage%2Elink&apn=br%2Ecom%2Eeditorapositivo%2EAurelio%2Emini&link=https%3A%2F%2Feditorapositivominiarelio%2Epage%2Elink%2Fentry%2F16832>. Acesso em: 30.04.2023

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?.** São Paulo: Moderna. 2003

MOURA, M.C. **História e Educação: o Surdo, a Oralidade e o Uso de Sinais.** São Paulo: Editora Roca. 1997

NICHOLS, G. **Literatura surda: além da língua de sinais.** Campinas: Unicamp. 2016

PEREIRA, J.A; SARAIVA, J.M. **Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social.** Brasília: SER Social. 2017

PEREIRA, M. **A história da pessoa com deficiência.** Minas Gerais: Ciências Gerenciais em Foco – UEMG. 2017

QUADROS, R.M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed. 1997

RITA, T.O; SILVA, D.O. **Os desafios enfrentados pelos surdos, membros da associação de surdos de tubarão, no processo de inserção e exercício da função laboral.** Florianópolis: Editora UFSC. 2019

SANTANA, A.C.F. **A importância da comunidade surda, cultura surda e identidade surda.** Maceió: Conedu. 2020

SANTIAGO, V.N; BASNIAK, M.I; SILVA, S.C.R; ALMEIDA, A.C.S. **Surdos e ouvintes: por uma educação intercultural, democrática e plural.** Paraná: UFMS. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38705/html> Acessado em: 13.05.2023

STROBEL, K.L. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: UFSC. 2008

STROBEL, K.L. **História da Educação dos Surdos.** Florianópolis: UFSC. 2009

STROBEL, K.L. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história.** Florianópolis: UFSC. 2009